

Hoje é o dia das alegações finais do julgamento do “Caso Matavele”



Depois de oito sessões, o julgamento do assassinato do activista social Anastácio Matavele retoma hoje, quinta-feira, com a apresentação das alegações finais. Trata-se da derradeira sessão antes da data da leitura da sentença, e o Ministério Público, os advogados da família Matavele, os advogados de defesa e os próprios réus não irão poupar argumentos para defender os interesses.

Depois da sessão agitada de sexta-feira,

hoje a juíza Ana Liquidão terá um dia tranquilo e estará a escutar o que os demais sujeitos processuais têm a dizer após oito sessões de produção de prova sobre o crime hediondo cometido por agentes especiais da Polícia, nomeadamente o pelotão do Grupo de Operações Especiais (GOE) afecto à Sub-unidade da Unidade de Intervenção Rápida de Gaza.

O Ministério Público vai pedir a condenação dos réus, reforçando a circunstância agravante de que os réus tinham a responsa-

bilidade de manter a ordem e segurança públicas, incluindo a protecção dos cidadãos. Mas o defensor do Estado vai insistir na tese de que os réus agiram por conta e risco próprios e no seu interesse. Isto é, o Ministério Público vai esgrimir argumentos no sentido de demonstrar que o assassinato de Matavele não foi um crime de Estado, por isso este não pode ser chamado para assumir responsabilidade civil.

Em sentido contrário irão pronunciar-se os advogados da família Matavele, que desde a primeira hora sempre defenderam que os operativos do GOE estavam a cumprir uma missão de Estado quando silenciaram a voz de Anastácio Matavele, na manhã do dia 7 de Outubro de 2019. Como argumentos, poderão chamar à colação o facto de os réus terem usado armas do Estado devidamente requisitadas e mais tarde devolvidas ao arsenal do quartel da UIR; o facto de os atiradores terem iniciado uma fuga (interrompida por um acidente de viação) em direcção ao quartel da

UIR depois do cometimento do crime; o facto de o réu Euclídio Mapulasse ter recusado ser socorrido para o hospital e exigido que fosse levado para o quartel porque teve o acidente em missão de serviço; e o facto de os réus terem beneficiado de promoções nas suas carreiras meses depois do homicídio. No fim, os advogados assistentes vão pedir ao tribunal que o Estado seja condenado solidariamente com os sete réus a indemnizar os herdeiros de Anastácio Matavele.

Em função do nível de envolvimento de cada réu, os advogados de defesa vão pedir a absolvição dos seus constituintes e/ou a aplicação de penas brandas. Todos os réus não têm antecedentes criminais e a estratégia usada de responsabilizar o foragido Agapito Matavele pela concepção e materialização da sinistra missão deverá ser explorada pela defesa. Os próprios réus também poderão protestar a sua inocência, mesmo nos casos em que isso parece ser uma missão impossível, como é o dos operativos do GOE.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO | sahrdn

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO | sahrdn

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa:


Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

